

Prezados, bom dia!

Seguindo as novas orientações encaminhadas referentes à Licença Prêmio, é imprescindível observar, para o melhor andamento de concessão de certidões:

- seguir as orientações encaminhadas pelo NFP referente à digitalização do PULP e envio do Processo Físico;
- documentação necessária para requisição de certidão de licença prêmio:
 - Requerimento único (anexo),
 - Declaração de boa conduta, de próprio punho, feita pelo interessado,
 - Declaração de boa conduta do interessado feito pela escola, declarando que o servidor possui ou não possui Processo de Apuração preliminar e de Responsabilidade, penalidades administrativas aplicadas ou caso similar, com carimbo e assinatura do Responsável pela Unidade Escolar (Diretor ou COE),
 - Fichas 100 de todos os anos que englobam o período requisitado (incluindo a de 2021), frente e verso, legíveis e sem rasura.
- A Unidade Escolar deve se atentar às ausências constantes em fichas 100 e respeitar os limites de faltas estabelecidos pela legislação vigente.
 - Sugerimos a conferência da ficha 100 antes do envio ao NFP, comparando com a frequência no GDAE - Contagem de Tempo. Nos casos divergentes, regularizar: ficha 100, BFE e contagem de Tempo devem estar de acordo com o livro ponto.
- Manter no prontuário do servidor resumo das certidões anteriores do interessado: número da certidão, período da certidão averbada, período utilizado, saldo restante;
- Se atentar ao fundamento legal de cada solicitação (Período entre 28/05/2020 e 31/12/2021 - não conta para LP e ATS):

Fundamentos legais para períodos cujo término ocorre até dia 27/05/2020 (considerando limite de 30 faltas, contando com as abonadas): **Artigo 209 da Lei 10261/68 e Artigo 1º da LC 1048/2008**

Fundamentos legais para períodos cujo término ocorre depois do dia 01/01/2022 (considerando limite de 25 faltas, não contando as abonadas): **Artigo 209 da Lei 10261/68, Artigo 1º da LC 1048/2008, LCF 173/2020, NDP nº 278/2021 e Artigo 24, alínea H, incisos I, II, da LC 1361/2021, PA 36/2022.**

Fundamentos legais para servidores Categoria F, em ambos dos casos, incluir além das fundamentações acima: **DNG de 22/11/2011.**

- Faltas descontáveis para fins de Licença Prêmio: considerar tabela de incidências que contém todos os códigos de BFE e sua incidência em férias, ATS e LP;

Orientação referente à averbação de Certidão de Licença Prêmio:

Como prêmio de assiduidade e probidade, o servidor público que, durante cada período de 5 (cinco) anos de exercício ininterrupto, e sem qualquer penalidade administrativa, terá direito a licença de 90 (noventa) dias. Essa licença é conhecida como licença-prêmio.

Desta forma, a norma jurídica administrativa visa, claramente, premiar o servidor público por sua assiduidade e probidade.

1. Licença Prêmio

Prêmio de 90 dias de afastamento do serviço, considerado de efetivo exercício para todos os efeitos legais, sem descontos no vencimento ou remuneração (caput do artigo 209 e parágrafo único, da Lei nº 10.261/68).

1.1. Condições para obter licença-prêmio:

I – ser funcionário titular de cargo provido por concurso público ou nomeado em comissão e servidores regidos pela Lei nº 500/74.;

II – contar com período de cinco anos de exercício ininterrupto, em que não tenha sofrido qualquer penalidade administrativa e que não tenha registrado mais de xxx afastamentos;

Limite de 30 dias certidões com períodos até 27/05/2020;

Limite de 25 dias certidões com períodos posteriores a 01/01/2022.

Proibição do cômputo do período de 28/05/2020 a 31/12/2021 para fins de ATS e LP: LCF 173/2020.

1.2. Efetivo exercício

Não são considerados como interrupção de exercício os afastamentos e não entra no computo das ausências permitidas:

I – férias;

II – casamento, até 8 (oito) dias;

III – falecimento do cônjuge, filhos, pais e irmãos, até 8 (oito) dias;

IV – falecimento dos avós, netos, sogros, do padrasto ou madrasta, até 2 (dois) dias.

V – serviços obrigatórios por lei;

VI – licença quando acidentado no exercício de suas atribuições ou atacado de doença profissional;

VII – licença à funcionária gestante;

VIII – licença compulsória;

IX – licença-prêmio;

X – missão ou estudo dentro do Estado, em outros pontos do território nacional ou no estrangeiro, nos termos do art. 68;

XI – doação de sangue;

XII – afastamento por processo administrativo, se o funcionário for declarado inocente ou se a pena imposta for de repreensão ou multa; e, ainda, os dias que excederem o total da pena de suspensão efetivamente aplicada;

XIII – trânsito, em decorrência de mudança de sede de exercício, desde que não exceda o prazo de 8 (oito) dias;

XIV – provas de competições desportivas;

XV – nascimento de filho, por 1 (um) dia, ao pai, no decorrer da primeira semana.

1.3. São computados entre os afastamentos permitidos no bloco aquisitivo:

I – faltas abonadas - considerar as abonadas nas certidões com períodos até 27/05/2020. Não considerar as abonadas nas certidões com períodos posteriores a 01/01/2022;

II – faltas justificadas (artigos 265 e 267 do R.G.S.);

III – licença para tratamento de saúde (da própria pessoa ou pessoa da família) (artigo 181 da Lei nº. 10.261/68);

IV – falta médica

V – interrupção de exercício

1.4. Eventos que interrompem bloco de licença-prêmio:

I – falta injustificada;

II – repreensão;

III – suspensão;

IV – multa;

V – afastamento para campanha eleitoral.

1.5. Formação do bloco aquisitivo (contagem de tempo)

O bloco aquisitivo de licença-prêmio deve ser formado por 5 anos de exercício ininterrupto (1.825 dias).

1.5.1. Poderão ser computados períodos interrompidos por dispensa e nova admissão, desde que durante a interrupção o funcionário não tenha exercido outra atividade no serviço público estadual.

1.5.2. Os períodos devem ser sequenciais, sendo vedada a escolha de períodos, com a omissão de qualquer um deles.

1.5.3. O tempo de serviço prestado entre 31/07/78 (edição da LC nº 180/78) e 04/10/88 (antes da promulgação da CF/88) não poderá ser computado para fins de licença-prêmio, a não ser que o funcionário tenha optado pelo benefício, por escrito, em detrimento da percepção da Gratificação de Natal.

1.5.4. Podem ser somados períodos anteriores à vigência da LC nº 180/78, exercidos até 31/07/78, com o período imediatamente posterior, ou seja, a partir de 05/10/88, para perfazimento do bloco aquisitivo.

1.5.5. Tempo de serviço em outras Secretarias do Estado – O tempo poderá ser computado para fins de Licença-prêmio, após averbação do tempo no PUCT, sempre de acordo com o disposto no artigo 209 da Lei nº 10.261/68.

1.5.6. Outros tempos

I – O tempo de serviço prestado até 20/12/84 à União, outros Estados, Distrito Federal, municípios e respectivas autarquias poderá ser computado para Licença-prêmio (também após averbação no PUCT). (LC nº 437/85 e Súmula 21 – PGE, de 27/05/95).

II – Tempo de aposentado, nomeado em continuidade para exercer cargo em comissão, sem que tenha havido interrupção de exercício, poderá ser computado no novo cargo (Despacho do Governador de 03/04/74).

III – Tempo de afastamento de mandato eletivo de vereador, prefeito e cônjuge de prefeito é computado desde que o afastamento tenha ocorrido sem prejuízo dos vencimentos.

IV – Tempo de afastamento em sindicatos ou entidades de classe é computado.

2. Formas de fruição

2.1. Em gozo

Em parcelas não inferiores a 15 dias, desde que devidamente autorizado pela autoridade competente.

2.2. Iniciado o gozo da licença-prêmio, esta somente poderá ser interrompida em caso de licença à gestante.

2.2. Em pecúnia

2.3. Indenização

I – Blocos aquisitivos formados até 31/12/85 e não usufruídos podem ser indenizados, se requeridos pelo funcionário no mesmo momento em que requerer a aposentadoria (artigo 1º. do Decreto nº 25.013/86) ou em até 60 dias contados da data da aposentação (artigo 2º., id.).

II – Os herdeiros do servidor falecido podem requerer indenização de licença-prêmio não usufruída, no prazo de 90 dias a contar da data do falecimento (Decreto 25.353/86, alterado pelo Decreto nº 44.722/2000).

III – Aos servidores que em virtude de exoneração “ex officio”, aposentadoria por invalidez permanente não tenham usufruído dos blocos aquisitivos até a data do evento

Atenciosamente

Núcleo de Frequência e Pagamento